

Sindicato assina acordo de CCV com o Itaú

O Sindicato assinou, no último dia 23, com o Itaú, o acordo para a implantação da Comissão de Conciliação Voluntária (CCV). O objetivo é negociar com o banco – com a assistência jurídica da entidade – o pagamento de horas extras, dano moral, equiparação salarial, entre outros. A CCV é mais um mecanismo que permitirá ao bancário ter acesso aos seus direitos. Vale a pena lembrar, que o uso da Comissão é voluntário.

O bancário traz para advogados e calculistas do Sindicato suas reivindicações trabalhistas, posteriormente enviadas ao Itaú. O banco encaminha a resposta em até 10 dias úteis. Caso seja aprovada pelo bancário, são marcadas data e horário para a assinatura do acordo que viabilizará o pagamento dos valores negociados. A assinatura



Presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, assina acordo da CCV

é feita na Secretaria de Assuntos Jurídicos da entidade.

Para a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, esse é mais um instrumento importante a que a categoria pode recorrer antes de ajuizar um processo trabalhista. “O Sindicato oferece assistência jurídica e de cálculos e garante o acompanhamento de um dirigente sindical durante toda a ação”, explicou.

Auxílio educação e PCR garantidos em acordo

Um aumento de 5% no valor das bolsas de estudo dos bancários do Itaú, que passará para R\$ 410 está assegurado no acordo para o pagamento do Programa Complementar de Resultados (PCR), assinado em dezembro último. “Foi uma conquista importante também a manutenção do número de bolsas a serem oferecidas, 5.500”, comentou o diretor do Sindicato, Adriano Campos.

Em relação ao PCR, cujo valor foi reajustado em 9% no mesmo acordo, Adriano lembrou que será pago em setembro de 2019, junto com a primeira parcela da PLR. O valor em 2018 foi de R\$ 2.662,66. Com a correção, em 2019 será de R\$ 2.900. Para 2020 os valores, tanto para bolsas de estudo, quanto para o PCR, serão reajustados em 2020, pela variação do INPC/IBGE, mais o aumento real a ser conquistado na negociação da Campanha Nacional da categoria.

Santander da Rio Branco tem eleição de Cipa

Os bancários do prédio do Santander da Av. Rio Branco, vão às urnas a partir das 9 horas do dia 12 de fevereiro, até as 10 horas do dia 14 para eleger seus representantes na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). A votação, a apuração e a inscrição de candidatos será eletrônica, através do Portal RH. O prazo de inscrição está aberto desde



o dia 23 último e vai até 7 de fevereiro, também no Portal RH.

A Cipa tem uma grande importância para os bancários e demais trabalhadores. É o órgão responsável por cobrar do empregador a observância das normas legais referentes à saúde e segurança no trabalho. Por isto é fundamental a participação de todos na eleição.

Sindicalize-se e garanta seus direitos

www.bancariosrio.org.br

Caref tem que ter compromisso contra a privatização do Banco do Brasil

A eleição em curso para Representante dos Funcionários no Conselho de Administração do Banco do Brasil (Caref) – que termina nesta quinta-feira – se reveste de grande importância neste contexto de sucessivas ameaças ao BB e ao seu caráter público. O novo governo não esconde que pretende privatizá-lo. Por isto mesmo, o Caref tem que se contrapor claramente a este plano.

A candidata que tem o compromisso com um Banco do Brasil público, e que por isto mesmo é apoiada pelo movimento sindical bancário, é Débora Fonseca (F2331616). Além disto, será possivelmente a única mulher no conselho de administração do banco. Débora é funcionária pós-98, trabalha atualmente na Super Large Corporate de São Paulo, e representa os anseios da ampla maioria



dos funcionários. Já trabalhou em diversas dependências tanto no varejo, quanto no atacado, tendo compromisso de luta com as entidades contra o desmonte.

UNIR FORÇAS

“O funcionalismo tem que unir forças com as entidades corporativas e sindicais para se

contrapor a todo este processo de desmonte e privatização”, afirmou Rita Mota, diretora do Sindicato e integrante da Comissão de Empresa dos Funcionários. “Não podemos cometer o erro de eleger alguém que só tem compromisso consigo mesmo. Esta dita independência de tudo e de todos já vimos o resultado na Cassi, onde os ditos “independentes” votam sempre com a diretoria do banco”, lembrou.

Para a dirigente é fundamental saber dos fatos e das tendências da direção do BB e, para isto, é necessário ter uma gestão com um Caref como Débora, atuante, e que se posiciona e dialoga com o conjunto dos funcionários e entidades. “É verdade que o conselheiro não participa das reuniões sobre remuneração, mas participa de todas as outras que terão consequências para a empresa e para nós funcionários”, frisou.

Vale privatizada é sinônimo de destruição

A Vale do Rio Doce foi privatizada em 1997 por Fernando Henrique Cardoso. Enquanto era uma empresa pública, investia pesado em projetos sociais e ambientais. Não foi responsável por qualquer acidente significativo, ou que sequer chegasse perto das dimensões trágicas do de Brumadinho, ou do maior desastre ambiental do país, o de Mariana, três anos antes, de responsabilidade da Samarco – uma parceria da Vale privatizada, com a anglo-australiana BHP Billiton.

A Vale do Rio Doce foi destruída enquanto empresa. Quando era estatal, tinha uma estrutura logística em 14 estados do país. Produzia e exportava minério, grande parte manufaturado. Era composta por um conjunto de 27 empresas, cujas atividades iam da prospecção do subsolo, extração e proces-



Brumadinho: segunda grande tragédia ambiental envolvendo a Vale

samento de minérios, transporte ferroviário, até sofisticadas atividades de química fina. Tinha e tem imensas riquezas minerais como ferro, bauxita, nióbio, alumínio, cobre, carvão, manganês, ouro, urânio e outros.

A diferença é que antes era uma empresa voltada para o

desenvolvimento econômico e social do país. Gerava milhares de empregos. Hoje vende minério bruto, principalmente para a China, onde é manufaturado. E seu lucro astronômico não beneficia a sociedade, mas apenas seus sócios. Alguns dos maiores acionistas da Vale pri-

vatizada são o Bradesco (6,3%), o gigante imperialista japonês Mitsui (5,3%), o maior fundo de investimentos do mundo, o fundo americano BlackRock Inc (5%); o BNDES (7,89%) e o consórcio de fundos de pensão com 20,98%. O restante das ações (54,53%), estão em bolsas de valores, passando por mãos de muitos banqueiros e bilionários que recebem ano a ano dividendos arrancados de subsolo brasileiro com mortes e destruição.

E não há no horizonte qualquer perspectiva de evitar novas tragédias ambientais. Bolsonaro e o governador de Minas Gerais, Zema, prometeram aumentar as facilidades das mineradoras, reduzindo controles ambientais que são para eles “entraves” e “burocracias”. Querem ainda mais impunidade.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /16°, 20°, 21° e 22° andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Estagiário:** Gabriel de Oliveira - **Diagramadores:** Marco

Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 15.000

Governo Bolsonaro dificulta combate à corrupção

Contrariando a principal promessa de sua campanha presidencial, o governo Bolsonaro vem adotando medidas que dificultam o combate à corrupção. No último dia 24, o vice-presidente Hamilton Mourão baixou decreto promovendo alterações na Lei de Acesso à Informação (LAI). Outra iniciativa no mesmo sentido foi a decisão do Banco Central de que parentes de políticos deixassem de ter sua movimentação financeira monitorada pelos bancos, e que a transações acima de R\$ 10 mil não sofressem a fiscalização do Coaf.

A alteração na Lei de Acesso à Informações, publicada dia



Moro diz que decisão do BC foi só consulta e que governo não tem posição ainda

24 no Diário Oficial da União, permite que servidores públicos comissionados, dirigentes de autarquias e empresas públicas

decretem sigilo por 25 anos de informações públicas, ou seja, informações oficiais que qualquer cidadão poderia ter aces-

so. Antes, apenas presidente, vice, ministros, comandantes das forças armadas e chefes em missões diplomáticas eram autorizados.

Em relação à mudança proposta pelo BC, o ministro da Justiça Sérgio Moro, alegou que era apenas uma consulta pública e não uma decisão de governo. Mas não afastou de vez a sua implantação, frisando que a responsabilidade pela decisão final será também do governo. A presidente do Sindicato, Adriana Nalesso criticou o privilégio. “Somente uma parte da população será monitorada? Por que este tratamento diferenciado?”, questionou.

Viagem à Itália e Costa Amalfitana disponível para junho

Sindicato organiza viagem a Angra

A deslumbrante cidade de Veneza está no roteiro da viagem à Itália, programada para junho



Secretaria de Cultura do Sindicato oferece aos bancários um pacote de viagem à Itália de 13 a 25 de junho. O passeio inclui visitas a Milão, Roma, Veneza, Florença, Nápoles, Verona, Salerno, Pompeia, Siena entre outras cidades, além do direito à traslado de chegada e saída, 11 noites com café da manhã e cruzeiros disponíveis em alguns pontos da viagem.

O pacote dá direito a visita ao Museu de Academia em Florença e ao Museu do Vaticano em Roma, um tour pelo bairro de Trastevere, visita à Roma Barroca, Ferry Nápoles, Capri, Sorriento, passeio de barco

pela Lagoa de Veneza, cruzeiro pelo Lago de Garda, passeio de Gôndola com música também em Veneza, traslados para chegada e saída, cruzeiros pelas localidades de Amalfi e Positano, entradas à Catedral de Amalfi e a escavações de Pompéia. Tudo com guia profissional em português, 11 noites com café da manhã e nove refeições (três jantares e seis almoços).

O Pacote Itália e Costa Amalfitana custa US\$ 3.760 com 20% de entrada, mais a opção de pagamento em nove vezes sem juros no cartão de crédito. Mais informações com a Secretaria da Cultura (2103-4150 / 4151).



A Secretaria de Cultura e Lazer do Sindicato coloca à disposição da categoria bancária um passeio a Angra dos Reis, na Costa Verde do Rio de Janeiro. A viagem está programada para 30 de março. O ponto de partida será a sede do Sindicato (Av. Pres. Vargas, 502), às 6h30. Sindicalizados terão desconto: só pagam R\$ 215, sendo R\$ 148 para crianças de 7 a 10 anos. O preço para os demais é de R\$ 245.

Os viajantes terão direito a explorar o belo visual do arquipélago de Angra, a ônibus executivo, ida e volta, além de almoço no local. O retorno está agendado para as 17 horas do mesmo dia. A reserva já pode ser feita. Mais informações na Secretaria de Cultura (2103-4150/4151).

Witzel não sanciona PL 3213. É hora de derrubar o veto

Como era de se esperar, o governador Wilson Witzel (PSC-RJ), vetou o Projeto de Lei 3213, que previa a possibilidade de retorno ao sistema previdenciário dos antigos funcionários do Banerj que optaram por sacar suas reservas de poupança desde que devolvam os valores corrigidos monetariamente. O PL, de autoria dos deputados Gilberto Palmares (PT-RJ) e Paulo Ramos (PDT-RJ), foi aprovado em segunda votação, na última sessão de 2018 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em 20 de dezembro, sem qualquer voto contrário e com apenas duas abstenções.

A decisão do governador foi publicada no Diário Oficial do Estado no último dia 22. O veto



Sindicato convoca banerjianos a lotar de novo as galerias da Alerj

demonstra a falta de sensibilidade de Witzel com a situação de trabalhadores de mais de 60 anos de idade que só desejam ter uma velhice digna. O gover-

nador alegou um pretenso custo elevado do projeto, o que já foi demonstrado não ser verdadeiro em duas audiências públicas realizadas na Alerj. Outra alega-

ção foi a difícil situação financeira do estado e o tal Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

DERRUBAR O VETO

A situação do estado tem sido usada por Witzel para justificar, entre outras medidas contra a população, a quebra da estabilidade do servidor. Não sendo surpresa que ele se recusasse a sancionar o PL 3213. “Querer jogar nas costas dos trabalhadores o custo da crise do estado é uma covardia”, afirmou o diretor do Sindicato, Ronald Carvalhosa. Para Vera Luiza, também dirigente da entidade, é hora de trabalhar para derrubar o veto. A votação ainda não tem data marcada. “Vamos lotar as galerias”, afirmou Vera.

Vai até dia 31 o prazo de mudança de perfil dos participantes da Fundação Itaú

Termina nesta quinta-feira (31/1), o prazo para que os participantes de quatro planos – Itaú-Banco CD, Futuro Inteligente, ItaúBank e RedeCard CD - da Fundação Itaú Unibanco, o fundo de pensão dos funcionários, mantenham o seu atual perfil ou solicitem mudança para uma das modalidades oferecidas. São elas: perfil ultraconservador, conservador, moderado e arrojado. Esta possibilidade é

oferecida duas vezes por ano, em janeiro e junho.

A mudança exige atenção, principalmente porque os rendimentos dos investimentos acompanham as oscilações da economia. “Os bancários devem analisar com atenção todas as variáveis, inclusive as projeções do cenário econômico, para fazer a escolha consciente e alinhada com seu perfil e planejamento”, aconselha Carlos



Maurício, diretor de Previdência da Fetraf-RJ/ES.

A mudança de perfil é feita diretamente no site da Fundação (www.fundacaoitauunibanco.com.br), onde há informações detalhadas sobre cada plano, a descrição dos perfis e até simulações para o participante descobrir qual o mais adequado. As dúvidas e mais informações também podem ser obtidas pelo telefone 0800-770-2299.

Intensificação de ameaças de morte levam Jean Wyllys para o exílio

Uma notícia surpreendeu o país no último dia 25. A intensificação das ameaças de morte após o assassinato da vereadora Marielle Franco, levou o deputado Jean Wyllys (ambos do PSOL), a anunciar que não assumirá o seu terceiro mandato como deputado federal. O parlamentar já se encontra fora do país, onde permanecerá num autoexílio como forma de proteger a sua vida e da sua família.

Em 2012, o deputado esteve no Sindi-

cato, participando de um seminário sobre visibilidade LGBT no mundo do trabalho. Na ocasião já se queixava das pressões e ameaças. Para a diretora da Secretaria de Imprensa do Sindicato, Vera Luiza Xavier, trata-se de uma perda muito grande para a sociedade brasileira. “Como cidadã, sinto muito. Mas compreendo a decisão, tomada diante do atual quadro nacional e da necessidade de preservar a sua vida”, avaliou.

Pesou, ainda, em sua decisão de deixar o país, a descoberta de que familiares de um ex-PM suspeito de chefiar milícia investigada pela morte de Marielle trabalharam para o senador Flávio Bolsonaro durante seu mandato como deputado estadual no Rio de Janeiro. Para a CUT de Brasília, se as milícias que assassinaram Marielle estão intimamente vinculadas ao Planalto, o ato de Jean Wyllys é perfeitamente compreensível.